



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810503

Processo nº **0041057-34.2018.8.17.2001**

LITISCONSORTE: LEANDRO FIGUEIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

## DECISÃO

Considerando que autor reside na **Comarca de Olinda**, e que a Seguradora Líder, responsável pela administração do seguro DPVAT tem domicílio no **Rio de Janeiro**, tendo o alegado acidente de trânsito ocorrido também no município de Olinda não há qualquer razão jurídica para ajuizamento perante a Comarca do Recife.

O ajuizamento na Comarca do Recife, então, constitui-se em escolha aleatória e juridicamente indevida do local de competência.

Assim, com escopo de garantir o Juízo Natural e evitar fraudes, e inclusive facilitar o acesso da parte à Justiça, declino de minha competência em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Olinda.

Redistribua-se, mediante as anotações devidas e baixa na distribuição.

RECIFE, 17 de agosto de 2018.

Juiz(a) de Direito





AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0041057-34.2018.8.17.2001  
LITISCONSORTE: LEANDRO FIGUEIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

### INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 34556492, conforme segue transcrito abaixo:

*" Considerando que autor reside na Comarca de Olinda, e que a Seguradora Líder, responsável pela administração do seguro DPVAT tem domicílio no Rio de Janeiro, tendo o alegado acidente de trânsito ocorrido também no município de Olinda não há qualquer razão jurídica para ajuizamento perante a Comarca do Recife. O ajuizamento na Comarca do Recife, então, constitui-se em escolha aleatória e juridicamente indevida do local de competência. Assim, com escopo de garantir o Juízo Natural e evitar fraudes, e inclusive facilitar o acesso da parte à Justiça, declino de minha competência em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Olinda. Redistribua-se, mediante as anotações devidas e baixa na distribuição. RECIFE, 17 de agosto de 2018. Juiz(a) de Direito "*

RECIFE, 10 de setembro de 2018.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0041057-34.2018.8.17.2001  
LITISCONSORTE: LEANDRO FIGUEIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que em cumprimento à Decisão ID 34556492 redistribuo os presentes autos para uma das Varas Cíveis da Comarca de Olinda/PE. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 10 de setembro de 2018.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**5ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210 - F:()

Processo nº **0041057-34.2018.8.17.2001**

LITISCONSORTE: LEANDRO FIGUEIRA DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

## DESPACHO

Recebido hoje.

Concedo a gratuidade legal requerida.

Em que pese o noticiado no ofício nº 46/2018, datado de 28/02/2018, no que tange a regulamentação, nesta comarca, das audiências de conciliação sob o rito do art. 334 do CPC, em virtude de a parte ré já ter noticiado em diversas lides semelhantes a impossibilidade realização de composição antes da realização de perícia médica, por inexistir conclusão técnica, entendo que a presente tramitação processual deve seguir sem a realização da referida audiência.

**Cite-se** o(s) réu(s), através de carta, se não requerida de outra forma, para integrar a relação processual (art. 238 do NCPC), intimando-se para oferecimento de defesa, no prazo de **15 (quinze) dias, sob pena de revelia** (art. 344 do CPC), contados da juntada da correspondente citação (art. 231 do CPC).

A qualquer tempo, em sendo solicitado pela parte autora a submissão do presente processo a Mutirão, fica, de logo deferido, uma vez que, sempre que possível, deve-se contribuir para solução amigável da lide.

Intime-se. Cumpra-se.

OLINDA, 8 de janeiro de 2019

Laura Simões



Juiz(a) de Direito

Exercício cumulativo





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

## **DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

---

5ª Vara Cível da Comarca de Olinda  
Processo nº 0041057-34.2018.8.17.2001  
LITISCONSORTE: LEANDRO FIGUEIRA DA SILVA  
RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

### **INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 5ª Vara Cível da Comarca de Olinda, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 39792583, conforme segue transcrito abaixo:

*DESPACHO: "Recebido hoje. Concedo a gratuidade legal requerida. Em que pese o noticiado no ofício nº 46/2018, datado de 28/02/2018, no que tange a regulamentação, nesta comarca, das audiências de conciliação sob o rito do art. 334 do CPC, em virtude de a parte ré já ter noticiado em diversas lides semelhantes a impossibilidade realização de composição antes da realização de perícia médica, por inexistir conclusão técnica, entendo que a presente tramitação processual deve seguir sem a realização da referida audiência. Cite-se o(s) réu(s), através de carta, se não requerida de outra forma, para integrar a relação processual (art. 238 do NCPC), intimando-se para oferecimento de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 344 do CPC), contados da juntada da correspondente citação (art. 231 do CPC). A qualquer tempo, em sendo solicitado pela parte autora a submissão do presente processo a Mutirão, fica, de logo deferido, uma vez que, sempre que possível, deve-se contribuir para solução amigável da lide. Intime-se. Cumpra-se. OLINDA, 8 de janeiro de 2019 Laura Simões Juiz(a) de Direito Exercício cumulativo"*

OLINDA, 29 de janeiro de 2019.

**GRAZIANE NAYOARA FERREIRA DE MEDEIROS**  
Diretoria Cível do 1º Grau

